

Para Conhecer Brasília - VIII

Varnhagen = Meio Século de Trabalho em Defesa de Brasília

José Adirson de Vasconcelos

O ideal de interiorização da Capital do Brasil teve em Francisco Adolfo Varnhagen - Visconde de Porto Seguro -, um dos seus mais perseverantes defensores. Durante quase meio século, Varnhagen insiste nos seus objetivos pró-mudança da Capital, do litoral para o interior. Realiza pesquisas, análises, viagens ao Planalto Central e publicações várias.

O papel por ele desempenhado ao longo do Século XVIII, durante quase todo o período do Brasil Império, em favor da interiorização, é comparável ao dos Inconfidentes Mineiros no final do Século XVII e ao que Hipólito José da Costa e José Bonifácio de Andrada e Silva conseguem realizar no início do Século XVIII.

Inspirado nas pregações de Hipólito e Bonifácio e baseando-se na Constituição Política do Império, de 1824, que possibilita a idéia da Mudança da Capital, Varnhagen revive a questão e realiza o seu primeiro estudo sobre a matéria, em 1839.

Antes, porém, os pernambucanos voltam a pensar em interiorização de Capital. Em 1924, ao planejarem a república federativa que chamariam, caso efetivada, de Confederação do Equador

e que nasceria em rebeldia ao Imperador pela dissolução da Constituinte e outros atos subsequentes, os pernambucanos tinham o propósito de, segundo João Barbalho e Eunápio de Queiroz, "fundar uma cidade central para capital" da república a ser criada. E que esta cidade "distasse, pelo menos, 40 léguas da costa do mar". Inspiravam-lhes unicamente objetivos de ordem estratégico-militar ante as ameaças e pressões que sofriam por parte das forças navais.

Enquanto isso, os mineiros que acenavam com a possibilidade da transferência da Capital do Império do Brasil para uma região de Minas Gerais - São João Del Rei ou Paracatu - tratam do ideal mudancista através de um jornal que se editava em Ouro Preto de nome "O Universal", com data de 1825. Justifica o periódico que "uma importante vantagem é atrair para ali a população, principalmente a estrangeira. As costas do mar e as beiras dos rios são, em todos os países, as mais povoadas, pelas facilidades de comunicações que oferecem; ali, portanto, se não necessita de incitamento; este deve dirigir-se ao in-

terior com preferência".

Embora constituindo-se fato de pouca repercussão, foi reimpressa a "Memória sobre a necessidade e meios de edificar no interior do Brasil uma nova Capital", de José Bonifácio de Andrada e Silva, como resultado de requerimento do Deputado Ernesto Ferreira França, aprovado em julho de 1833.

Surge, então, em 1839, a figura de Francisco Adolfo Varnhagen como expositor e defensor da idéia de uma nova Capital numa região interiorana.

Engenheiro formado pelo Colégio Real Militar de Lisboa, participante de batalhas militares em Portugal, diplomata, membro de duas academias de letras, historiador e pesquisador minucioso, Varnhagen tinha toda uma formação, cabedal e experiência para justificar um novo método ou sistema.

Assim é que, um ano após a sua famosa descoberta do jazigo de Pedro Álvares Cabral num Convento em Santarem (Portugal), Varnhagen justifica ao Instituto Histórico do Rio de Janeiro, do qual era membro, a necessidade de transferência da Capital do Brasil para uma região interiorana.



Desta data ao seu falecimento, em 1878, o consagrado historiador pátrio ocupou-se com o assunto, promovendo pesquisas e estudos, escrevendo memoriais e observações de viagens em defesa da tese de uma Capital situada "à distância igual dos cinco pontos: Rio, Bahia, Cidade de Oeiras, Cuiabá e Curitiba".

Em 1845, no seu trabalho "Epicos Brasileiros", sugere, a exemplo do que ocorreria com os Inconfidentes, que a sede do Governo Imperial seja transferida para São João Del Rei.

Todavia, ele mesmo afirma que "continuando a meditar no assunto, em vista de mapas", achou melhor considerar "como verdadeira inspiração o encontrar uma paragem que, a todas as luzes, nos pareceu mais vantajosa".

Pelos estudos de cartografia, já em Madrid, em funções diplomáticas a partir de 1847, inclinou-se pelas regiões do Planalto Central. Via, porém, na posição geográfica uma questão de somenos importância para o momento. O que lhe parecia de maior relevo na atualidade era a tese de "exclusão de qualquer porto de mar" para a Capital, por "motivos de ordem social, econômica, estratégica, financeira e demográfica. E esta tese aborda no seu "Memorial Orgânico", onde advoga uma constituição administrativa para o Brasil. A persistência de Varnhagen se manifestava tão acentuada, na defesa dos propósitos de interiorização, que aborda a mesma tese tanto na primeira parte da obra, divulgada em 1849, quanto na segunda parte, que circulou no ano seguinte.

Noutra obra também de sua autoria, a conhecida "História Geral do Brasil", editada nos anos 1854 a 1857, volta o mudancista a justificar a importância da transferência da Capital para o sertão. Descreve a Capital no Rio de Janeiro como "vulnerável" e "exposta a bombardeio" por qualquer "inimigo superior no mar, que se proponha a arrancar do Governo pela ameaça, concessões em que não poderia pensar se o Governo aí não se achasse". Lembra, então, na mesma obra, "uma paragem mais central, mais segura, mais sã e própria" para Capital do Império.

E, pela primeira vez, sugere, oficialmente, como local, o "triângulo formado pelas três lagoas - Formosa, Feia e Mestre D'Armas", onde se "interligam os três grandes vales, do Amazonas, do Prata e do São Francisco, nos elevados chapadões, de ares puros, de águas boas e até de abundante mármore". Os estudos e observações de Varnhagen têm grande repercussão, à época, e merecem muito crédito pelo

respeito que inspiram suas idéias.

Tanto isso é verdade que Holanda Cavalcanti inspira-se em seus trabalhos para justificar perante o Senado, em 1852 a apresentação de um "Projeto-de-Lei de Mudança de Capital".

A proposição dispõe sobre a construção da nova Capital "nas latitudes de 10 a 15 graus-Sul", nas regiões do Planalto Central.

O Marquês de Paranaguá, Nogueira Paranaguá, deputado e senador pelo Piauí, pleiteia no ano seguinte, 1853, que a mudança da Capital fosse para os limites entre a Bahia e Minas Gerais.

Transcorridos alguns anos, o assunto volta ao Senado, pela voz do senador Jobin que, em 1875, pronuncia discurso defendendo a interiorização da Capital.

No início da segunda metade do Século XVII, Varnhagen passa a exercer funções diplomáticas em países da América do Sul - Venezuela, Chile, Peru e outros - e não mais na Europa.

Foi durante este período que teve oportunidade de conhecer "in loco" as regiões interioranas brasileiras.

Desta forma, em 1877, cinco anos após sua elevação a Barão e, depois, Visconde de Porto Seguro, pelos relevantes serviços prestados ao País e pelo seu notório saber, Adolfo Varnhagen visitou o Planalto Central, a convite e em missão oficial que lhe fora confiada pelo conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, Ministro da Agricultura.

No relatório sobre esta viagem, o historiador teve a preocupação de redigi-lo em "Vila Formosa da Imperatriz, em Goiás", (hoje cidade de Formosa e situada a menos de 100 quilômetros de Brasília) com data de 28 de julho de 1877.

O entusiasmo pela região é logo expresso pelo pesquisador e historiador: "Essa paragem, bastante central, onde se deve colocar a Capital do Império, parece, quanto a nós, indicada pela natureza da própria região elevada do seu território, donde baixariam as ordens, como baixam as águas que vão pelo Tocantins ao Norte, pelo Prata ao Sul e pelo São Francisco a Leste". Refirime - completa - à bela região situada no triângulo formado pelas três lagoas - Formosa, Feia e Mestre D'Armas - com chapadões elevados mais de mil e cem metros sobre o mar, como nela requer para a melhoria do clima a menor altitude". (Nesta região, Brasília está hoje plantada).

Concluindo a parte de suas observações de viagem, Adolfo Varnhagen ressalta que "com a presente publicação, onde se encontram os variados argumentos que militam em favor da transferência da Capital, como

contribuindo à segurança e à unidade e desenvolvimento do Brasil todo, e até como favorável ao próprio Rio de Janeiro."

E, por último, numa análise sobre os interesses nacionais, Varnhagen ressalta: "Quanto à Nação em geral, com a dita transferência (compendiando aqui só as principais vantagens) adquiriria ela outra sede de governo mais central, mais segura, mais bem edificada, mais nacional e menos comerciante, mais adequada a civilizar todo o sertão e a desenvolver suas latentes riquezas, bem como o comércio interno das províncias entre si, e finalmente mais sã e mais própria a recomendar ao mundo todo o clima do gigante Brasil".

O último trabalho do Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen, para demonstrar, mais uma vez, a imperiosidade da transferência da Capital para o interior, foi redigido em Viena, onde, ali, desempenhava as funções de Ministro Plenipotenciário do Brasil. Data de 1878 e poucos meses antes do seu desaparecimento.

Trata-se de uma monografia intitulada "A Questão da Capital: Marítima ou Interiorana". Depois de criticar os administradores que dão "por negócio decidido que a Capital do Império tem de ser o Rio para sempre" e lamentado-se daqueles que talvez considerassem suas teses de interiorização como "utopistas ou visionárias ou teóricas", sustenta, num desabafo: "A Capital do Império não deve ser um porto de mar".

E, indaga: "Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?"

Ele mesmo responde: "É numa paragem bastante central e elevada, donde partem tantas veias e artérias que vão circular por todo o corpo do Estado, que imaginamos estar o seu verdadeiro coração; é aí que julgamos deve ficar-se a sede do Governo".

Fixa, então, a posição: "É a em que se encontram as cabeceiras dos afluentes do Tocantins e Paraná, dos dois grandes rios que abraçam o Império, i. e., o Amazonas e o Prata, com as do São Francisco, que depois de o atravessar pelo meio, desemboca a meia distância da cidade da Bahia à de Pernambuco".

E, melancolicamente, faz Varnhagen um desafio: "Porventura todas as nossas propostas, todas as nossas meditações, as nossas noites perdidas, ficarão inutilizadas? Não acharão elas, ao menos em parte, eco em algum de nossos administradores, que desinteressadamente e só por amor do nosso futuro, as defendam e sustentem?"